

RECLAMAÇÃO Nº 39.397 - BA (2019/0355677-0)

RELATOR : **MINISTRO REYNALDO SOARES DA FONSECA**
RECLAMANTE : **WESLEY CAMPOS AGUIAR**
ADVOGADO : **LUIZ CESAR BARBOSA LOPES - GO034850**
RECLAMADO : **JUIZ DE DIREITO DA VARA DOS FEITOS RELATIVOS A
DELITOS PRATICADOS POR ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA DE
SALVADOR - BA**
INTERES. : **MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA BAHIA**

DECISÃO

WESLEY CAMPOS DE AGUIAR atravessou petição no *Habeas Corpus* n. 449.680/BA, alegando descumprimento da ordem nele concedida.

Tendo em conta a natureza da irresignação e o pedido nela formulado, determinei a autuação da petição como reclamação e passo a analisá-la.

O julgado apontado como descumprido recebeu a seguinte ementa:

HABEAS CORPUS SUBSTITUTIVO DE RECURSO ORDINÁRIO. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA E PECULATO (15 VEZES). VEREADOR E PRESIDENTE DE CÂMARA MUNICIPAL. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO. IMPRESCINDIBILIDADE NÃO DEMONSTRADA. MEDIDAS CAUTELARES. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA. WRIT NÃO CONHECIDO. ORDEM CONCEDIDA DE OFÍCIO. SUBSTITUIÇÃO DA PRISÃO PREVENTIVA POR OUTRAS MEDIDAS CAUTELARES.

1. O habeas corpus não pode ser utilizado como substitutivo de recurso próprio, a fim de que não se desvirtue a finalidade dessa garantia constitucional, com a exceção de quando a ilegalidade apontada é flagrante, hipótese em que se concede a ordem de ofício.

2. Caso em que o paciente, na condição de Vereador e de Presidente da Câmara Municipal de Correntina/BA, teve a prisão preventiva decretada em 23/10/2017 no bojo da operação denominada "Último Tango", a qual tinha por objetivo apurar a suposta prática de crimes contra a Administração Pública no âmbito da Câmara de Vereadores do Município de Correntina/BA, tendo sido denunciado pela suposta prática dos crimes de peculato (art. 312 do Código Penal), por 15 vezes, e associação criminosa (art. 2º da Lei nº

12.850/2013).

3. No writ originário, o pedido liminar foi inicialmente deferido pela Juíza Plantonista para substituir a prisão preventiva por diversas medidas cautelares, entre elas o afastamento do cargo/função. Posteriormente, o Relator acolheu o pedido de reconsideração e abrandou as medidas cautelares impostas, reintegrando o paciente no cargo/função. Todavia, ao julgar o mérito do writ originário, a Primeira Turma da Segunda Câmara Criminal do TJ/BA, por maioria de votos, denegou a ordem e revogou as decisões liminares anteriormente deferidas.

4. Para a decretação da prisão preventiva é indispensável a demonstração da existência da prova da materialidade do crime e a presença de indícios suficientes da autoria. Exige-se, mesmo que a decisão esteja pautada em lastro probatório, que se ajuste às hipóteses excepcionais da norma em abstrato (art. 312 do CPP), demonstrada, ainda, a imprescindibilidade da medida. Precedentes do STF e STJ.

5. Na espécie, **em que pese a reprovabilidade das condutas imputadas, a prisão preventiva mostra-se excessiva, uma vez que os crimes foram praticados em razão da condição de agente público, Vereador e Presidente da Câmara municipal de Correntina/BA. Logo, o afastamento das funções públicas, em princípio, são suficientes para proteger a ordem pública.** Ademais, não há registros de que o paciente tenha coagido ou ameaçado testemunhas, ou mesmo tentado interferir no regular desenvolvimento do processo.

6. "A prisão preventiva somente se justifica na hipótese de impossibilidade que, por instrumento menos gravoso, seja alcançado idêntico resultado acautelatório." (HC n. 126.815, Relator Ministro MARCO AURÉLIO, Relator p/ Acórdão Ministro EDSON FACHIN, Primeira Turma, julgado em 04/08/2015, publicado em 28/8/2015).

7. Para a imposição da medida prevista no artigo 319, VI, do Código de Processo Penal, consistente na determinação pelo Poder Judiciário de suspensão do exercício da função pública, é necessário que se demonstre, concretamente, a forma pela qual fora esta utilizada indevidamente pelo agente para a consecução do crime sob investigação/processamento.

8. No caso, **mostra-se imprescindível o afastamento do paciente da função de Presidente do Legislativo local e de Vereador do município, tendo em vista que os crimes imputados teriam sido praticados exatamente em razão dessa posição política que exerce. O decreto ressalta a liderança do**

paciente nas ações ilícitas, o seu prestígio político, o conhecimento das vulnerabilidades dos órgãos de controle e que ele agiria em todas as frentes possíveis para alcançar ganhos em cada licitação ou gratificação, em claro desvio do interesse público para alcançar seus intentos delitivos. Esses aspectos ressaltados pelas instâncias ordinárias demonstram que a medida se mostra indispensável para interromper e afastar o risco de reiteração em ações ilícitas. Precedentes.

*9. Habeas corpus não conhecido. Ordem concedida de ofício para substituir a prisão preventiva do paciente pelas medidas cautelares relacionadas no voto, as quais deverão ser rigorosamente fiscalizadas pelo Juízo de primeiro grau, inclusive notificando o paciente de que o descumprimento ensejará a decretação da prisão preventiva. **O afastamento do mandato de parlamentar e da função de gestor da Câmara deverá ser reavaliado no prazo máximo de 180 dias, a contar do efetivo cumprimento desta decisão.***

(HC 449.680/BA, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 04/09/2018, DJe 13/09/2018)

Vê-se que a ordem concedida por esta Corte, no acórdão de setembro/2018, foi no sentido de determinar a substituição da prisão preventiva por medida cautelar de afastamento do cargo pelo prazo inicial de 180 (cento e oitenta) dias que, ao final, deveria ser reavaliado, para que se verificasse a necessidade, ou não, de extensão da medida por mais tempo.

Esgotado o prazo de 180 dias, o ora reclamante apresentou uma primeira petição no HC apontado como descumprido, em abril/2019, solicitando a revogação da medida e sua reintegração ao mandato.

Indeferi o pedido, em decisão de 4/4/2019, tendo em conta que o requerente tivera o seu mandato cassado por decisão da Câmara Municipal, em sessão extraordinária, conforme assentado no decreto legislativo de 20/12/2018.

O pedido foi reiterado em petição de outubro de 2019 e indeferido pelo mesmo motivo em decisão de 29/10/2019.

Na presente Reclamação, o reclamante, afastado de seu mandato há mais de 12 (doze) meses, esclarece ter revertido a decisão que cassara seu

mandato e afirma que, “Conforme se abstrai da sentença que manteve incólume o mandato do Paciente, a ilustre julgadora determinou o retorno do Paciente ao mandato de vereador, o que não se concretizou em razão da imposição pelo STJ de medida cautelar de afastamento do mandato, decisão esta que deveria ter sido reavaliada no prazo de 180 dias e não o foi” (e-STJ fl. 3).

No entanto, mais adiante, esclarece que o Juízo de Direito da Vara dos Feitos Relativos a Delitos Praticados por Organização Criminosa proferiu decisão, em 4/10/2019, na qual manteve a medida cautelar de afastamento do cargo. Sustenta, no entanto, que referida decisão, a par de ter se referido a fatos que não dizem respeito ao exercício da vereança em si, mas ao exercício da Presidência da Câmara de Vereadores, “se agarrou em argumentos subjetivos e sem qualquer indicação concreta de fatos que justifique o afastamento do Paciente de seu mandato, o que caracteriza verdadeira cassação indireta do mandato” (e-STJ fls. 5/6).

Afirma jamais ter descumprido qualquer das cautelares impostas e ter mantido conduta colaborativa, não demonstrando nesses mais de 12 (doze) meses nenhuma intenção de atrapalhar o desenrolar da persecução criminal, não havendo absolutamente nada nos autos que indique haver risco à ordem pública e econômica caso o ora reclamante retorne ao exercício do mandato de vereador.

Pede, assim, a “imediata revogação da medida cautelar de afastamento do exercício da vereança, haja vista inexistirem motivos para subsistir a cautelar imposta e a nítida intenção de se proceder com verdadeira cassação indireta do mandato do Paciente” (e-STJ fl. 9).

É o relatório. Passo a decidir.

Verifico, inicialmente, que o acórdão do Tribunal de Justiça da Bahia que concedeu em parte a segurança pleiteada, no Mandado de Segurança n. 8000034-44.2019.8.05.0069, reconheceu a existência de nulidade processual no processo administrativo de cassação do reclamante (n. 1/2018), a partir da segunda audiência de instrução, por ter o ora reclamante se recusado a receber a intimação

e não lhe ter sido nomeado defensor dativo. Assim sendo, referido acórdão concedeu a segurança, “a fim de ANULAR, PARCIALMENTE, o Processo de Cassação nº 01/2018, a partir da SEGUNDA AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO, inclusive, bem como o Decreto Legislativo n. 92/2018, oriundo do citado procedimento”.

Diante de tal quadro, é de se reconhecer que o processo administrativo de cassação do mandato do reclamante, sanada a nulidade processual, ainda continua em andamento.

Isso posto, resta averiguar (1) se houve descumprimento de comando judicial exarado por esta Corte no sentido de determinar a reavaliação da necessidade de extensão da medida cautelar de afastamento do cargo, após esgotado o prazo de 180 dias e (2) se seria o caso de revogação da cautelar em questão.

No que toca ao primeiro dos tópicos, observo, inicialmente, que, a despeito de o voto condutor do acórdão proferido no HC n. 449.680/BA não ter afirmado expressamente que caberia ao Juízo de primeiro grau efetuar a reavaliação da necessidade de prorrogação do afastamento do reclamante do cargo de Vereador, não há dúvidas de que tal competência a ele deve ser atribuída, seja porque é ele o responsável pela fiscalização das medidas cautelares, seja porque a ele cabe o julgamento da ação penal na qual o ora reclamante é acusado de peculato (art. 312 do Código Penal), por 15 vezes, e associação criminosa (art. 2º da Lei nº 12.850/2013), o que o torna o magistrado que mais tem proximidade com a instrução probatória e com os eventos fáticos que interessam à causa, seja porque a competência desta Corte, no caso concreto, é apenas revisional, já que o cargo anteriormente ocupado pelo reclamante não lhe garante foro de julgamento neste Tribunal Superior.

Definida a competência do magistrado de primeiro grau para reexaminar a necessidade de prorrogação do afastamento do reclamante do cargo de Vereador, verifico que tal atribuição foi devidamente exercida na decisão de

4/10/2019 (e-STJ fls. 24/25), como se vê do seguinte trecho:

Em que pese a plausibilidade do pedido, tal cautelar foi imposta justamente pelo fato de que os supostos crimes imputados teriam sido praticados em razão da posição política que o requerente exercia, ressaltando sua liderança nas ações ilícitas, o seu prestígio político e o conhecimento das vulnerabilidades dos órgãos de controle, permitindo a ele alcançar seus intentos delitivos de modo facilitado, tudo em sede de cognição sumária.

Destarte, descabe acatar o presente pedido e suspender a cautelar imposta, já que o requerente era, segundo a denúncia, com base na prova indiciária coletada, o responsável por comandar as ações dos demais integrantes, deflagrando as licitações e realizado as contratações fraudulentas, distribuindo combustíveis e benesses e coordenando as solicitações e exigências indevidas aos demais vereadores, exercendo posição de liderança em supostos crimes que envolvem malversação de verbas públicas.

Permitir, nesse momento, que o mesmo voltasse à sua atividade legislativa e à presidência da Câmara de Vereadores, afrontaria a cautelar previamente estabelecida e colocaria em risco a ordem pública e econômica daquele município, bem como seria inconveniente à instrução criminal, em face de facilitaria o restabelecimento de sua influência política, possibilitando, dessa forma, uma possível persuasão das testemunhas arroladas na denúncia, que eram servidores públicos a ele subordinados.

Esta decisão, por óbvio, reavalia como inadequado o retorno do requerente às suas atividades parlamentares, sem prejuízo de eventual pedido que venha a ser endereçado ao Eg. STJ, órgão jurisdicional que efetivamente fixou essa e outras medidas cautelares.

Diante do exposto, INDEFIRO o pleito de retorno ao cargo de vereador e da função de Presidente da Câmara Municipal de Correntina/BA.

Não há, portanto, nenhum descumprimento no ponto.

Quanto aos motivos postos nesta decisão de reavaliação, registro que devem ser impugnados por meio do recurso ou ação constitucional de caráter penal cabível dirigido ao Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância, pois jamais chegaram a ser objeto de exame no HC 449.680/BA.

Com relação ao pedido de revogação da medida cautelar de afastamento, na realidade tal pleito não se adequa ao escopo e abrangência da reclamação, que se limita a averiguar se está, ou não, sendo cumprida determinação posta em julgado desta Corte.

Ainda que assim não fosse, a revogação não seria possível, pois a medida originalmente imposta por esta Corte foi a substituição da prisão preventiva por afastamento do cargo pelo período de 180 dias. Essa medida foi totalmente cumprida, não havendo a possibilidade de revogar o que já se exauriu.

A prorrogação do afastamento jamais foi cogitada como obrigatória no comando judicial apontado como descumprido, mas, sim, como uma possibilidade delegada ao Juízo de primeiro grau e condicionada ao exame da persistência e/ou da superveniência de novos requisitos autorizadores da extensão da medida, por meio de decisão que constitui novo título judicial desassociado daquele proferido por esta Corte determinando os primeiros 180 dias de afastamento. E repito, como nova decisão que é, deve ser impugnada pelos meios cabíveis dirigidos ao Tribunal de Justiça, sob pena de indevida supressão de instância.

Tenho, assim, que o reclamante pretende dar ao julgado desta Corte extensão maior do que a que efetivamente tem, o que desautoriza o manejo da Reclamação, ante a ausência de interesse de agir na modalidade adequação – sabido que o interesse de agir somente existe quando configuradas, concomitantemente, a “necessidade” de reconhecimento de um direito negado pela contraparte ou de alteração do resultado de um julgamento (interesse recursal), diante de evidente prejuízo causado a parte ou a terceiro no processo, e “adequação” do recurso, ação ou impetração devidamente previstos no ordenamento jurídico como o instituto processual adequado e apto a veicular a pretensão do autor ou recorrente.

Ante o exposto, **não conheço** da presente Reclamação e a **extingo sem resolução de mérito**, com fundamento no art. 34, inciso XVIII,

Superior Tribunal de Justiça

alínea “a”, do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, na redação que lhe foi dada pela Emenda Regimental n. 22, de 16/03/2016.

Cientifiquem-se o Ministério Público Federal e o Juízo prolator da decisão objeto de reclamação.

Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA
Ministro